

ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS: LÓCUS DA CIDADANIA NO ESPAÇO URBANO?

Mariana Zerbone Alves de Albuquerque¹

Edvânia Torres Aguiar Gomes²

Resumo. Este artigo tem como objetivo realizar uma análise dos espaços livres públicos, em especial dos parques urbanos, a fim de compreender a relação forma-conteúdo destes, identificando as práticas espaciais em realidades distintas, como os casos dos parques 13 de Maio em Recife, Brasil, e o Tiergarten em Berlim, Alemanha. Os parques urbanos são projetados com a finalidade de proporcionar lazer à população e embelezar o espaço urbano, entretanto, as práticas sociais tendem a desenhar o papel destes na cidade.

Palavras-Chave: Espaço Público; Cidadania; Parques Urbanos; Práticas Espaciais

OPEN PUBLIC SPACES: THE PLACE OF CITIZENSHIP IN URBAN SPACE?

Abstract. The main objective of this paper is to make an analysis of the open public space which is a part of the urban space, especially the urban parks, to understand the relation form-content of these open spaces nowadays. The study of case is to identify social practices at different realities like the Parks “13 de Maio” in Recife, Brasil, and the “Tiergarten” in Berlin, Germany. Mostly, the urban park was design and build to be a place for people’s recreations and for the aesthetics of the urban space, however the social practices tend to draw the functions of the public spaces to the city.

Keywords: Public Space; Citizenship; Urban Parks; Spatial Practices

ESPACIO LIBRE PÚBLICO: ¿LOCUS DE LA CIUDADANIA EN EL ESPACIO URBANO?

Resumen. Este artículo tiene como objetivo realizar un análisis de los espacios públicos abiertos que conforman el espacio urbano, sobre todo en los parques urbanos con el fin de entender la relación de esos espacios públicos actualmente forma del contenido, la identificación de las prácticas espaciales en diferentes situaciones, tomando como objetos de estudio de caso los parques 13 de mayo en Recife, Brasil, y

¹ Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, mzerbone@hotmail.com.

² Professora da Universidade Federal de Pernambuco, edvaniatorresaguiar@hotmail.com.

el Tiergarten en Berlín, Alemania. Parcialmente parques urbanos fueron diseñados y ejecutados con el propósito de proporcionar entretenimiento al público y embellecer el espacio urbano, sin embargo, las prácticas sociales tienden a dibujar el papel de estos espacios públicos abiertos a la ciudad.

Palabras Clave: Espacio Público; Ciudadanía; Parques Urbanos; Prácticas Espaciales

Introdução

Os espaços públicos são elementos de suprema importância para a dinâmica urbana, pois são nesses espaços que se manifesta a vida da cidade. Apesar de ser regido por leis oficiais, o espaço público é permeado de normas definidas simbolicamente pelos usuários da cidade, desta forma, de acordo com as necessidades pessoais de uso e apropriação do espaço.

Sob a análise geográfica, o espaço público se caracteriza por ser um espaço de busca de materialização da cidadania. A geografia vem trabalhando por muito tempo a categoria “espaço”, mas esta não costuma analisar profundamente o espaço público, deixando essa competência para outras áreas do conhecimento, como a arquitetura e o urbanismo. Porém os urbanistas trabalham esse recorte a partir da disposição das formas no espaço, sem ressaltar a importância das relações sociais articuladas com os objetos presentes. Este é o papel da geografia, fazer esta articulação espaço público - relações sociais, e compreender as dinâmicas existentes nesses espaços. Com isso é possível perceber que este espaço não é estático, cristalizado, ele possui uma dinâmica em função da diferenciação dos usos e das práticas espaciais ao longo do tempo, o que proporciona uma constante modificação do espaço.

O espaço público também pode ser visto como o espaço do cotidiano. GOMES (2002) afirma que a cidadania é aqui concebida como algo que se traduz no cotidiano e nas ações mais habituais do cenário da vida pública, ou seja, onde há vida pública há discussão e conflitos, que, de uma forma ou de outra, traduzem-se em uma disputa territorial. A partir dessa visão, entende-se que o espaço público é o local onde a cidadania pode ser concretizada, desta forma é necessário analisar o espaço público levando em consideração a cidadania.

A geografia tem deixado um pouco de lado a análise da morfologia urbana por si só, e atualmente, tem buscado a análise do espaço urbano a partir das relações entre as tipologias urbanas, as práticas espaciais e relações sociais, levando em consideração a definição de espaço como condição, produto e meio das relações sociais.

Com isso o espaço público passa a ter uma maior relevância nos estudos geográficos, visto que, são nesses espaços onde se identifica uma intensa relação entre as morfologias urbanas, as relações sociais e práticas espaciais. Estes elementos, sempre em tensão, são responsáveis pela constante modificação da configuração territorial desses espaços. Segundo CAMPOS (1995), as práticas existentes no espaço urbano são também geradoras de regras de convívio, domínios, hierarquias que se materializam e se acumulam na tentativa da própria sociedade de adequar aquele espaço às novas condições e à complexidade de novas atividades contemporâneas. São representações legitimadoras de momentos específicos desta sociedade.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo realizar uma análise dos espaços livres públicos que compõem o espaço urbano, em especial dos parques urbanos, a fim de compreender a relação forma-conteúdo desses espaços públicos atualmente, identificando as práticas espaciais em realidades distintas, tomando como objetos para estudo de caso os parques 13 de Maio em Recife, Brasil, e o Tiergarten em Berlim, Alemanha.

Para isto, realizou-se um resgate teórico do conceito de espaço público, espaço livre público e parque urbano, além da realização de estudo de caso de dois parques urbanos, com o intuito de compreender as práticas espaciais em espaços livres públicos em condições bastante distintas.

Desta forma, procurar-se-á analisar aqui, o espaço público como um espaço em constante transformação, como palco das relações sociais, entretanto, que se modifica de acordo com a estrutura urbana em determinado momento da história.

Espaço público ou espaço livre público? Uma questão conceitual

Os espaços livres públicos estão presentes na vida urbana desde a antiguidade, sendo para a civilização grega um dos principais espaços na cidade, onde se estabeleciam as relações sociais, com ênfase para o lazer. Porém, foi a partir das consequências da revolução industrial que surgiu, na Europa, a necessidade de construções de espaços

livres públicos, com a finalidade de amenizar o ambiente, o qual estava bastante degradado e conturbado, e de proporcionar lazer à população.

Os urbanistas trabalham bastante com os espaços livres públicos como objeto de análise dando ênfase à morfologia, entretanto o objetivo neste trabalho é analisar o espaço livre público sob uma visão geográfica, levando em consideração a forma-conteúdo, estrutura e processo. Mas antes disto é necessário compreender o que é denominado de espaço livre público, ou às vezes de espaço aberto público, por alguns urbanistas.

Segundo CAMPOS (1995), entende-se por espaço público todo tipo de espaço intermediário entre edifícios em áreas urbanas, onde o acesso é em geral permitido ao público, podendo estar agrupados como abertos ou fechados. A autora afirma que os espaços públicos abertos compõem a própria trama viária e os sistemas de áreas abertas, verdes ou não, enquanto que os espaços fechados representam os edifícios institucionais de uso predominantemente público e comunitário. Os espaços públicos abertos são áreas situadas dentro de uma concentração urbana, não cobertas por edifícios ou estruturas permanentes, permitindo assim o livre acesso e movimento de pessoas sem restrições ou obstruções físicas, cujas atividades se realizam fora da intimidade de habitação. Esses espaços públicos abertos podem ser classificados em diferentes categorias; para isto, Campos adota em seu trabalho a classificação de Clawson: sistema viário; parques, largos e praças abertas; espaços que circundam edifícios de uso público; e cursos d'água navegáveis, como rios e lagos.

CARNEIRO & MESQUITA (2000) analisam o espaço urbano, sob o aspecto físico, como um complexo de espaços edificados e espaços livres, ambos resultantes de atuações humanas institucionalizadas ou não e que, em alguns casos, estão articulados entre si, de acordo com a lógica interna. As autoras definem os espaços edificados como áreas ocupadas de forma significativamente densa pelas construções que atendem às atividades do meio urbano, enquanto que os espaços livres, no contexto da estrutura urbana, definem-se como áreas parcialmente edificadas ou com nula ou mínima proporção de elementos construídos e/ou de vegetação (avenidas, ruas, passeios, vielas, pátios, largos), ou com a presença efetiva de vegetação (parques, praças, jardins). São ainda denominados espaços livres áreas incluídas na malha urbana ocupadas por

maciços arbóreos cultivados, representados pelos quintais residenciais, como também pelas atuais áreas de condomínios fechados; áreas remanescentes de ecossistema primitivos – matas, manguezais, lagoas, restingas, etc – além de praias fluviais e marítimas. Alguns desses espaços que, a rigor, devem ser preservados pela municipalidade por suas qualidades ambientais, muitas vezes, com flora e fauna próprias, são reservas ou áreas potenciais para ampliar o conjunto dos espaços livres protegidos e/ou existentes.

Ao denominar esses espaços de “livres”, elas se apoiam na condição de oferecer livre acesso, permitindo às pessoas agirem livremente, segundo Lynch. Carneiro & Mesquita utilizam a expressão “espaços livres”, ao invés de “espaços abertos” como utiliza Campos, e justificam a escolha com o argumento que em inglês esses espaços são chamados de “open spaces”, podendo ser traduzido como espaços livres, baseando-se no uso já consagrado pela Universidade de São Paulo.

NOGUERA (2003), ao trabalhar o caso de Barcelona, afirma que o espaço urbano se configura em duas categorias de solos inter-relacionados fisicamente: as redes de espaços públicos e os espaços parcelados. A primeira com caráter de espaço vazio e contínuo, e a segunda com caráter de espaço compartimentado e edificado.

O autor define como característica essencial dos espaços públicos a configuração de uma rede contínua que se estende por toda a área urbana; entretanto, esta rede de espaços públicos assume diferentes papéis: estabelece relações espaciais de conectividade entre a área urbana e seu entorno territorial; aporta os canais de comunicação intraurbana, é, portanto o suporte funcional básico de mobilidade urbana interna; constitui a referência de parcelamento do solo para a edificação e os usos privados; torna possível a expressão e a percepção interna da forma da cidade; provém de espaços de representação e identificação social, assim como para o ócio do cidadão; facilita o estabelecimento das redes de serviços urbanos. Por outra parte, a rede de espaços públicos se materializa através das características físicas de seus componentes reais: ruas, avenidas, praças, etc., os quais estabelecem o alcance espacial, o solo ocupado, do sistema de espaços públicos da cidade.

Em outro momento NOGUERA (op. cit.) afirma que o espaço da cidade está decomposto em duas categorias de solo articuladas entre si: a rede de espaços livres e os espaços parcelados. Sobre os espaços parcelados se situam as habitações, as atividades econômicas, o comércio e os equipamentos. No âmbito das redes dos espaços livres se desenvolvem três sistemas funcionais básicos: o de espaços cívicos, o de espaços verdes e os de espaços para a mobilidade. A cada um desses sistemas corresponde algum tipo de espaço específico, mas o mais frequente é que os espaços livres públicos participem de alguma forma dos três sistemas funcionais citados. Com isso se faz necessário definir esses três tipos de sistemas funcionais.

Entende-se por espaço cívico aqueles que fundamentalmente possuem lugar de encontro e relações entre os cidadãos, ainda que sejam ocasionais ou motivados, pertençam à esfera das relações interpessoais ou se dê como marco de convocatórias coletivas. É o espaço onde o pedestre tem a utilização prioritária ou exclusiva. Os espaços verdes têm como função principal dotar a área urbana de uma certa proporção de vegetação com objetivos de melhoras do microclima urbano, neutralização da contaminação atmosférica e criação de paisagem que incorpore alguns componentes da natureza, entre outros. Os espaços principais do sistema de mobilidade são os especificamente destinados ao tráfego de rodas, por onde circulam os veículos privados e públicos.

Outra análise que pôde ser realizada foi sobre os termos referentes ao espaço público e o espaço livre na Alemanha, em especial em Berlim. A palavra em alemão “offen” significa aberto, entretanto a expressão “öffentliche Raum”, quando traduzida para o português, não possui o sentido de espaço aberto, mas sim de espaço público. Este

“[...] estes espaços primeiramente devem ser acessíveis a toda a população, não havendo barreira impedindo a circulação e também ser um espaço de materialização das relações sociais através das práticas espaciais. Estes encontram-se distribuídos ao longo da cidade e muitas vezes estão relacionados com o bem-estar social, com o verde e com o lazer, mas também são espaços de conflitos. São nos espaços livres públicos que a vida social se manifesta.”

termo é definido de acordo com o *Senatsverwaltung für Stadtentwicklung Berlin* (Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Berlim) como um local de comunicação, de reflexão individual e interação social e consolida-se como um componente importante da cultura do cotidiano e para a constituição da identidade do local. Já o termo alemão “Freiraum”, traduzido para o português como “área livre”, compreende os parques, praças urbanas, ruas, jardins domiciliares, cemitérios, áreas de esporte e recreação, como também bosques e áreas de agricultura. Com isso, entende-se que os espaços livres não são necessariamente espaços públicos, pois estes espaços estão diretamente relacionados com a posse do espaço, se é pública ou privada.

Após a análise de diferentes visões do que vem a ser espaço público, livre e/ou aberto, chegou-se à conclusão que o termo que se fará uso nesta pesquisa será “espaços livres públicos”, visto que este termo define de um modo mais restrito estes espaços presentes na cidade, os quais se caracterizam pela acessibilidade e por ser palco de materialização das relações sociais do cotidiano.

Ao fazer uma análise das definições desse termo, espaço livre público, é possível perceber que elas se sobrepõem em diversos aspectos, mas com a presença de alguns pontos distintos. Muitas vezes o espaço livre é confundido com o espaço público e vice versa. Mas após toda discussão acima sobre espaço público, pode-se entender que o espaço livre público é um local possível de manifestação do público, mas que nem todos espaços livres são necessariamente públicos. Para a geografia, esses espaços livres públicos precisam ser palco das relações sociais e das práticas espaciais, além de conter as características morfológicas determinadas pelo urbanismo, as quais foram discutidas há pouco.

Os espaços livres públicos podem ser encontrados no espaço urbano apresentando diferentes funções e formas, mas estes têm em comum características que os definem. As principais tipologias são faixa de praia ou de rio, jardins, largos, parques, pátios, praças e sistema viário. Todavia, estas tipologias relacionadas são modelos, visto que estes espaços são bastante diversificados, possuindo formas e conteúdos que se diferenciam de acordo com a estrutura em que se encontram e o processo por quais passam.

Contudo, estes espaços primeiramente devem ser acessíveis a toda a população, não havendo barreira impedindo a circulação e também ser um espaço de materialização das relações sociais através das práticas espaciais. Estes encontram-se distribuídos ao longo da cidade e muitas vezes estão relacionados com o bem-estar social, com o verde e com o lazer, mas também são espaços de conflitos. São nos espaços livres públicos que a vida social se manifesta.

Parques urbanos: espaços livres públicos?

A tipologia de espaço livre público utilizada para realização desta pesquisa é a de parque urbano, visto que os parques urbanos são espaços livres públicos que podem ser encontrados em diversas partes do mundo; entretanto, estes não se apresentam com os mesmos padrões de forma e conteúdo. Na discussão teórica sobre parques urbanos também se percebe uma significativa diversidade de conceitos e definições. Então, a partir disso, surge o questionamento: o que vem a ser um parque urbano, e qual sua função para as práticas espaciais cotidianas nas cidades?

Os parques urbanos surgiram no século XVIII na Inglaterra; porém, no século XIX foi quando ocorreu um maior desenvolvimento, com a criação dos grandes jardins contemplativos, dos parques de paisagem, dos parkways, dos parques de vizinhança americanos e dos formais e monumentais parques franceses (SCALISE, 2002). Entretanto, os parques urbanos foram sofrendo algumas modificações ao longo do surgimento de novas tendências e estilos criados por diferentes países, e isso fez com que hoje seja possível encontrar essa grande diversidade de parques urbanos.

Inicialmente os parques urbanos serviam principalmente para embelezamento e lazer, diretamente vinculados à aristocracia europeia. Posteriormente no século XX, os

“Nas últimas décadas do XIX século, americanos olhando suas próprias cidades perceberam que necessitavam de efeitos refinados e de arte nos parques. Eles obtiveram seu conceito de parque urbano de soluções tradicionais para procurar ajuda para população dos males da cidade, para escapar para o campo.”

parques urbanos foram popularizados nos Estados Unidos, e serviram até mesmo como objetos de ações sociais. Atualmente os parques urbanos são frutos de influências e estilos de diferentes épocas. Percebe-se a presença de elementos que ultrapassaram suas épocas e ainda resistem às metamorfoses ocasionadas na configuração espacial destes parques. Estes são formados por diferentes camadas, que se acomodam ao longo do tempo, tornando-os únicos.

Entretanto, a intenção dos parques surgiu no século X, na Inglaterra, muito antes da revolução industrial. Estes parques estavam diretamente relacionados com as reservas de caças, localizados no entorno dos Palácios Rurais. A palavra “parque”, como a palavra “floresta”, foi usada originalmente para identificar uma área privada, em que os ricos, em especial os monarcas, mantinham animais para a caça. WILLIAMS afirma que:

Os parques, que originalmente eram bosques cercados para a formação de reservas de caça, foram criados na Inglaterra a partir do século X, não antes, e houve um aumento significativo do número de parques, diretamente proporcional ao número de novos palácios rurais, no século XVI (1990, p. 169).

A transição da reserva de caça para o parque com tratamento paisagístico não é fácil localizar no tempo. Há exemplos dos séculos XVI e XVII, mas a transformação sistemática se dá basicamente no século XVIII em diante. Londres, no século XIII, era cercada por muitas áreas privadas para a contemplação. Este projeto se deve às ideias românticas de um arcadismo e de exposição de riqueza. Havia um custo para entrar nestes parques, a fim de manter a plebe de fora.

Os campos de caça passaram a ter um tratamento paisagístico, com a finalidade de construir lugares de contemplação, onde a natureza representa o belo, porém esta natureza passa a ser aprisionada e manipulada pelo homem, passando a ser um objeto paisagístico, um elemento artificial, e não mais um elemento natural e espontâneo. (WILLIAMS, 1990). Os parques estavam localizados nos arredores dos centros industriais, favorecendo apenas a essa burguesia. Os mais abastados eram acostumados a usar parques para todos os tipos de finalidades sociais.

Nas últimas décadas do XIX século, americanos olhando suas próprias cidades perceberam que necessitavam de efeitos refinados e de arte nos parques. Eles

obtiveram seu conceito de parque urbano de soluções tradicionais para procurar ajuda para população dos males da cidade, para escapar para o campo. Alguns urbanistas, tomaram a iniciativa de replanejar essas cidades, com o intuito de proporcionar uma melhor qualidade de vida, e utilizaram como recursos os espaços verdes, principalmente os parques.

Em meados do século XIX emerge o movimento americano dos parques, o qual é composto por quatro períodos: jardins contemplativos, parques de vizinhança, áreas de facilidade recreativa e o sistema de espaços livres.

Segundo Galen CRANZ (1997) projetistas de cada momento manipularam elementos similares: água, árvores, flores, trajetos da circulação, margens, esculturas, e arquitetura, mas em combinações variadas e com ênfases diferentes a fim de avançar objetivos sociais específicos. As atividades e as formas físicas foram modificadas para manter o ritmo com as novas definições do comportamento individual e de atitudes emergentes na cidade. Todos os quatro modelos dividem uma dinâmica maior: cada um originou-se de um esforço para resolver os problemas urbanos que surgiram dos processos gêmeos de industrialização-urbanização. Assim, todos são mecanismos deliberados do controle social. As ideologias mais novas são sobrepostas frequentemente nos tipos mais antigos de parque.

Ao longo da história, os parques estavam diretamente relacionados àqueles que detinham o poder. Com as transformações que foram ocorrendo ao longo do tempo, por exemplo, o declínio da monarquia, a revolução industrial, entre outros aspectos, os parques começaram a alcançar a sociedade em geral. Um bom exemplo foi o Central Park de Nova York, uma obra com objetivos bem definidos direcionados à população.

A lição mais importante na história dos parques é a que a forma sempre reflete os objetivos sociais imediatos, uma ideologia sobre a ordem, e uma atitude subjacente para a cidade. A história dos parques pode ser dividida em períodos, mas nenhum modelo desapareceu. Melhor dizendo, cada novidade emergiu ao lado de modelos já existentes, de modo que em algum dado momento, pode-se encontrar exemplos de diversos tipos, pois eles coexistem no espaço.

Mesmo compreendendo o processo histórico de configuração dos parques urbanos, o conceito não é tão claro e objetivo. No que diz respeito aos conceitos e definições de parques urbanos, observa-se uma diversidade de tipos, não havendo uma unicidade na definição.

CLAWSON (Apud CAMPOS, 1995) classifica os parques, largos e praças abertas como tipo de espaço urbano aberto de propriedade pública, tendo no lazer em seu mais amplo sentido a sua finalidade comum e predominante. E ainda diz que estes apresentam limites mais perceptíveis do que os elementos do sistema viário, em geral, definidos pelos edifícios que o envolvem.

Segundo NOGUERA (2003), parques urbanos são espaços concebidos especificamente para facilitar a presença de vegetação na cidade, compatível com o uso de intensidade moderada pelos cidadãos. A diferenciação entre jardins e parques em função de sua superfície é pouco relevante. Logicamente os parques, por serem maiores, possuem uma configuração autônoma, enquanto que as trocas entre os jardins costumam estar mais integradas na trama urbana. É preciso destacar que também há jardins e peças singulares dentro de parques extensos.

Para KLIASS (1993) os parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados à recreação. E ainda completa que, na verdade, o parque é um fato urbano de relativa autonomia, interagindo com seu entorno e apresentando em seu bojo condições de absorver a dinâmica da estrutura urbana e dos hábitos de sua população.

Ao expressar seu entendimento de o que vem a ser um parque, OLMSTED afirma:

(...) reservo este termo para lugares que se distinguem não por possuírem árvores, sejam elas isoladas, em grupo ou em maciços, ou por possuírem flores, estátuas, estradas, pontes ou ainda coleções disso ou daquilo. Reservo a palavra parque para lugares com amplidão e espaços suficientes e com todas as qualidades necessárias que justifiquem a aplicação a eles daquilo que pode ser encontrado na palavra cenário ou na palavra paisagem, no seu sentido mais antigo e radical, naquilo que os aproxima muito do cenário." (OLMSTED apud: KLIASS, 1993, p.19).

CARNEIRO & MESQUITA (2000) definem os parques urbanos como espaços livres públicos com função predominante de recreação, ocupando na malha urbana uma área em grau de equivalência superior à da quadra típica urbana, em geral apresentando componentes da paisagem natural – vegetação, topografia, elemento aquático – como também edificações, destinadas a atividades recreativas, culturais e/ou administrativas. Em outra oportunidade CARNEIRO (1998) afirma que considerados até há pouco no Brasil como espaços destinados a atender basicamente a função de recreação da população das cidades, os parques urbanos, hoje, ampliam não só o seu uso, mas também o seu papel no contexto social e ambiental passando a serem conhecidos como espaços educativos, sociais e proporcionadores de um ambiente mais saudável para a cidade.

“As relações sociais cotidianas exercem uma forte influência na organização espacial dos parques urbanos. Por muitas vezes, as funções desempenhadas no momento atual não condizem com a função inicial planejada para esses espaços públicos.”

Já SCALISE (2002) define parques urbanos como um grande espaço aberto público, que ocupa uma área de pelo menos um quarteirão urbano, normalmente vários, localizado em torno de acidentes naturais, por exemplo, ravinas, córregos, etc., fazendo divisa com diversos bairros; os limites principais de um parque urbano são ruas, sua organização espacial (paisagem) apresenta um equilíbrio entre áreas pavimentadas e ambiências naturais. O parque urbano pode abrigar o uso

informal de passagem, caminhos secundários de pedestres, esportes recreativos, centros comunitários, festivais, playgrounds, piscinas etc. Mas, na verdade, a provisão de espaços públicos é função do município e ocorrem a partir da necessidade de existência de tais equipamentos, ou de sua presença nos planos e da tendência contemporânea das reivindicações por parques e áreas verdes.

SCALISE (2002) ainda diz que, dentre as possíveis formas de encontrar o equilíbrio entre o processo de urbanização contemporâneo e a preservação do meio ambiente, o parque urbano surge com novos contornos culturais e estéticos, desenhando o perfil, entorno e identidades, devendo ser encarados nos seus diferentes tempos, funções e usos.

Ao analisar essas definições, observa-se que os parques urbanos possuem muitas diferenças entre si, no que diz respeito às dimensões, formas, funções, conteúdo. Algumas definições de parques urbanos dão mais ênfase à questão ambiental, outros à recreação, ou ao aspecto social. Em relação à dimensão, há autores que consideram parques a partir de uma quadra urbana, e outros apenas como um espaço amplo. Os equipamentos existentes nos parques são os mais diversos possíveis.

Desta forma, percebe-se que não apenas as formas dos parques urbanos se diferenciam, mas também seus usos e suas funções. Ao longo de sua formação e da construção de suas definições, os parques se confundem com outras tipologias de espaços livres públicos, eles permeiam, contêm, foram, transformaram-se, em jardins, praças, passeios públicos, entre outros. Isso está relacionado com a peculiaridade de cada parque, refletindo a sua dinâmica e o contexto em que se situa, além do momento que foi idealizado, projetado ou modificado, tornando-se muito complexa a existência de uma definição homogênea de parque urbano.

Cada cidade tem relações específicas com os parques, porém, antes de tudo, estes são a representação da natureza em um contexto urbano, ou seja, a tentativa de reprodução de um ambiente natural em um espaço artificial. De qualquer maneira, esses parques, mesmo com esta característica, não deixam de ser um ambiente produzido pelo homem, pois se trata de uma natureza aprisionada e manipulada, de acordo com suas necessidades. Os parques urbanos são espaços artificializados, resultados deste processo de humanização, entretanto em busca de uma naturalização do espaço urbano, com o objetivo de promover lazer à população, entretanto estes espaços, devido à dinâmica urbana, podem possuir outras funcionalidades e ser espaço de conflitos. Nesse sentido, SANTOS afirma que:

“A natureza conhece cada vez mais um processo de humanização, ganhando a cada passo elementos que são resultados da cultura. Torna-se cada vez mais culturalizada, mais artificializada, mais humanizada. As técnicas mais e mais vão incorporando-se à natureza[...]” (1996, p. 89).

No que diz respeito à prática espacial e à gestão dos parques urbanos, observa-se que a dinâmica dos parques urbanos não consiste apenas em regras estabelecidas pelo poder

administrativo, tendo em vista que o usuário possui um papel relevante neste contexto. As relações sociais cotidianas exercem uma forte influência na organização espacial dos parques urbanos. Por muitas vezes, as funções desempenhadas no momento atual não condizem com a função inicial planejada para esses espaços públicos.

O que se percebe é que os parques urbanos sofrem ações políticas e administrativas pelos poderes que regem a cidade, podendo provir do meio privado ou público, muitas vezes indo de encontro com as práticas espaciais que se estabelecem neste local e se transformam com a dinâmica cotidiana.

Para uma melhor compreensão dos parques urbanos é preciso conhecer rigorosas informações sobre as características e das necessidades dos usuários dos parques. Com isto surgem alguns questionamentos: Quem usa este parque? Os usuários vivem em comunidades nos arredores ou em comunidades distantes? Será que alguns grupos estão sendo esquecidos ou excluídos? Como as pessoas usam os parques? Por que membros da comunidade fazem (ou não) usos dos parques? Estas questões podem ajudar a identificar a dinâmica específica de cada parque.

Parque 13 de Maio, Recife, Brasil e Tiergarten, Berlim, Alemanha: uma análise possível

Os arranjos territoriais dos parques urbanos situados nas metrópoles refletem e condicionam formas socioespaciais distintas e/ou comuns no plano das relações cotidianas do lugar (CARLOS, 1999), cujas afinidades desafiam diferenciações entre os sistemas político-administrativos, socioeconômicos e culturais.

A identificação de semelhanças entre duas realidades socioeconômica e histórico-culturais emblematicamente distantes intrigou a ponto de mover essa pesquisa norteada pela seguinte questão: Há diferenças e/ou semelhanças entre arranjos contemporâneos de parques urbanos situados, por exemplo, no Brasil e na Alemanha, cujos projetos tiveram origem na mesma escola de arquitetura ou tendência, e que absorveram impactos históricos? Até que nível a importância das redes no mundo globalizado interfere na quebra das relações do cotidiano mais próximas e funda uma nova relação? Qual o nível de prevalência da ordem próxima e da distante? (LEFEBVRE,

2001) Quais as permanências e as transformações que se verificam historicamente nos parques situados nas regiões centrais das metrópoles?

A admissão da diferença das escalas de grandeza entre os dois parques, ilustrado pela relação do Tiergarten (220 ha) compreender mais de 30 Parques Treze de Maio (6,9 ha), a singularidade climática e até o sistema político-administrativo entre as duas realidades, dentre outros aspectos, não representa impedimento nesse esforço analítico; ao contrário, desafiam a busca dos nexos que aproximam objetos tão distantes em si e, no entanto, tão correlacionáveis em termos das práticas territoriais que comportam.

A centralidade espacial que abrigam os citados parques, a posição estratégica que os animam na articulação da funcionalidade dos espaços da cidade, onde funcionam como espaços de lazer, de reposição das energias, e de beleza cênica, permitem a construção de algumas inquietações: As funções de recreação e lazer se reproduzem, tal quais os locais para eventos cívicos? As territorialidades se repetem da mesma forma?

Ao analisar estes dois parques urbanos, percebem-se diferenciações em vários aspectos, então, sendo assim, surgem alguns questionamentos acerca deste assunto: Como os parques urbanos são configurados no espaço? Como os parques urbanos são formados e estruturados? Qual a função que os parques urbanos desempenham? Como os parques urbanos se apresentam em âmbito global e local?

Esses questionamentos são de grande importância para a reflexão sobre parques urbanos. Por exemplo, como o 13 de Maio, com apenas 6,9 hectares, pode ser comparado com o Tiergarten, com 210 hectares? O Parque 13 de Maio é literalmente

“A forma pode ser totalmente reprodutível, mas as ações, as práticas presentes em um espaço são únicas, influenciam pela dinâmica cotidiana desse local. Este exemplo pode ser entendido aos parques urbanos, a forma deste pode ser uma reprodução de um parque existente em outro sítio, mas o que irá determinar as funcionalidades cotidianas de um parque são as práticas espaciais, as quais possuem características desse local.”

denominado de parque, mas, para muitos habitantes da cidade do Recife, este é percebido como uma praça, enquanto que o Tiergarten é classificado como tal, mas a tradução do seu nome significa “Jardim dos animais”.

Ao analisar os equipamentos presentes nos parques, como o Tiergarten e o 13 de Maio, percebe-se semelhanças, entretanto algumas características são específicas de cada um. Os usos podem ser comparados se forem classificados como lazer; entretanto, se forem analisados mais profundamente, percebe-se uma diferenciação, não só da tipologia dos usos como também da temporalidade. Sendo assim, será que ambos podem ser considerados e classificados como parques urbanos, ou como outro tipo de espaço livre público?

Ambos os parques estudados encontram-se em áreas centrais, cercados por importantes instituições para suas respectivas cidades, possuem um considerável fluxo de pessoas de acordo com as temporalidades respectivas a cada um, são palco de várias festividades e eventos sociais, são compostos por elementos e mobiliários em comum, como por exemplo, lagos, parques infantis, bancos, jardins, monumentos, estátuas.

As práticas exercidas em ambos são semelhantes, as pessoas utilizam esses espaços para o lazer, praticar esportes, para cortar caminhos, ou apenas para contemplação. Entretanto essas práticas estão de acordo com a cultura de cada local.

Porém, cada parque possui peculiaridades; no 13 de Maio, pode-se encontrar mesas para jogos, um minizoológico, uma administração no próprio parque, a presença de ambulantes vendendo lanches e brinquedos, possuir algumas restrições ao acesso, tal como a entrada de cães, e um gradeado cercando o parque com alguns acessos que são fechados à noite. Já o Tiergarten possui alguns bares localizados no interior do parque, alugueis de barcos para passeio, pessoas fazendo churrasco, mas o acesso é livre tanto em relação aos animais, quanto ao período do dia, não havendo grades cercando o parque.

Cada parque está inserido em uma estrutura, primeiramente pertencem a cidades diferentes, países, continentes diferentes. As legislações não são as mesmas, o sistema político não é o mesmo, nem o clima, nem a vegetação. As histórias são distintas, tanto

a história particular do parque, quanto a história das cidades em que estão inseridos. As tradições, os costumes, não são iguais.

A forma pode ser totalmente reprodutível, mas as ações, as práticas presentes em um espaço são únicas, influenciam pela dinâmica cotidiana desse local. Este exemplo pode ser entendido aos parques urbanos, a forma deste pode ser uma reprodução de um parque existente em outro sítio, mas o que irá determinar as funcionalidades cotidianas de um parque são as práticas espaciais, as quais possuem características desse local.

Inicialmente esses parques podem ter sido pensados e projetados para determinada função, contendo diversos sistemas de significações, políticas, econômicas, sociais, entre outros. Mas em função de outros aspectos, os parques urbanos podem assumir outras funções e significados, devido às transformações, onde predominam as práticas mais significativas para os indivíduos que integram a dinâmica do parque.

Isto não significa que dois parques como o 13 de Maio e o Tiergarten não possam ser considerados parques urbanos. Apesar de cada um possuir configurações particulares e de suas funções estarem relacionadas à dinâmica urbana das cidades onde estão situadas, eles possuem as características principais para serem considerados parques. Além de proporcionarem lazer à população e serem áreas verdes presentes no espaço urbano, são palco para integração das relações sociais urbanas, ou seja, para exercício da cidadania, dentro de seus moldes e definições arquitetônicos, os quais, muitas vezes são modificados pelas práticas espaciais.

Considerações Finais: Tendências e perspectivas para os parques urbanos

Diante do exposto foi possível perceber que mesmo em situações bem distintas, como as dos parques analisados nesta pesquisa, que, independente do tamanho ou da forma, o que vai dar vida a esses espaços são as práticas e os usos, apenas embasados por alguns elementos que poderão defini-los como parques urbanos. Seja o Parque 13 de Maio em Recife, ou o Tiergarten em Berlim, eles nunca estarão configurados iguais, pois são as peculiaridades das ações que os definem, não sendo apenas modelos arquitetônicos.

Os parques urbanos, tal como os espaços livres públicos, devem ser locais de convivência, de relações sociais cotidianas. O parque urbano precisa ser visto como um lugar para a cidade, que integre a paisagem, e não como um simulacro, sem relação alguma com a sociedade a que pertence.

Os parques urbanos são configurados no espaço em função da interseção de diferentes vetores. Apesar da designação de parques urbanos ser concebida pela administração do município, estes espaços são moldados pelas relações sociais, as quais configuram o território. Como afirma SANTOS (1996b), é o espaço que redefine os objetos técnicos, apesar de suas vocações originais, ao incluí-los num conjunto coerente onde a contiguidade obriga a agir em conjunto e solidariamente.

No entanto, tratados diversas vezes como elemento paisagístico, os parques urbanos são transformados em mercadoria, privilegiando a especulação imobiliária, não dando a atenção necessária a estes espaços como local de socialização. Há uma “mercantilização” dos parques urbanos, a fim de valorizar as áreas no entorno, sem reconhecer sua importância para o cotidiano da cidade.

Para que se faça uma análise dos parques urbanos é preciso perceber que estes em um contexto global são apenas abstrações, e só se materializam no âmbito local, possuindo uma dinâmica própria, em função dos aspectos particulares que os compõem: o sítio, a localidade, o clima, os usos, os aspectos culturais, entre outros.

Como foi exposto, vários modelos de parques urbanos foram criados ao longo da história, de acordo com as necessidades locais. Essa sucessão de parques urbanos não acontece linearmente, visto que, mesmo com a chegada de novos modelos, muitos dos já existentes permaneceram, fazendo parte do cotidiano, e da configuração da paisagem.

Com isto, para que o parque urbano esteja integrado à paisagem, é preciso que ele seja um lugar para cidade, e não um elemento que não possua uma sincronia com a dinâmica urbana, é necessário que haja uma identificação com o lugar. Os parques urbanos como espaços livres públicos, são de enorme importância para o cotidiano da cidade. São neles que se expressam as diversas atividades que movimentam e caracterizam o urbano. É

onde se produzem as memórias, tanto as individuais e históricas, mas principalmente as coletivas, visto que no espaço livre público há a expressão do sentido de coletividade, de integração das relações sociais cotidianas, e onde pode se realizar a cidadania.

Referências Bibliográficas

- CAMPOS, Heleniza Ávila. *A conservação dos conjuntos históricos em áreas centrais urbanas a partir do uso de seus espaços públicos abertos: um recorte no centro expandido da cidade do Recife*. Recife: Dissertação de mestrado em desenvolvimento urbano – UFPE, 1995. 174 p.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A Cidade*. São Paulo: Contexto, 1999. 98p.
- CARNEIRO, Ana Rita Sá. O projeto paisagístico, as funções e o uso dos parques urbanos – o Parque 13 de Maio. *CLIO Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco*, Recife, n. 18, p. 17-25, 1998.
- CARNEIRO, Ana Rita Sá e MESQUITA, Liana de Barros. *Espaços Livres do Recife*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ UFPE, 2000. 139p.
- CRANZ, Galen. *Parks as Community Places*. Boston, Urban Parks Institute's annual conference, 1997.
- GOMES, Paulo César da Costa Gomes. *A Condição Urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 304p.
- KLIASS, Rosa Grená. *Parques Urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade*. São Paulo: Pini, 1993. 211p.
- KROSIGK, Klaus von. *Der berliner Tiergarten*. Berlin: Ed. Berlin, 2001. 71 p.
- LEFEVBRE, Henri. *O Direito à cidade*. São Paulo, Centauro, 2001.
- NOGUERA, Juli Esteban. *La Ordenation urbanística: conceptos, herramientas y prácticas*. Barcelona: Electa, 2003. 378p.
- SCALISE, W. *Parques Urbanos – evolução, projeto, função e uso*. *Revista Assentamentos Humanos*, Marília, v4, n.1, p. 17-4, 2002.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1992.
- _____. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996b.
- SENATSV ERWALTUNG FÜR STADTENTWICKLUNG. *Umweltatlas*. Berlin: Senatsverwaltung für Stadtentwicklung, 1995.
- WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Ed. Scwarcz, 1990. 439p.